

Capacitismo Religioso: aspectos históricos, relações cristãs e possíveis enfrentamentos

Religious Ableism: historical aspects, christian relations and possible confrontations

Capacitismo religioso: aspectos históricos, relaciones cristianas y posibles enfrentamientos

Isabella Balducci Rezende¹  

Denise Pereira de Alcântara Ferraz²  

Resumo

Este artigo objetivou oferecer uma análise teórica aprofundada sobre o capacitismo religioso, com ênfase no Cristianismo. A pesquisa explora aspectos históricos, a relação entre deficiência e religião cristã, bem como possíveis estratégias para combater o capacitismo religioso. A investigação, de natureza bibliográfica, baseia-se em fontes secundárias, como livros, artigos acadêmicos e outros documentos relevantes. O texto examina o papel da religião na formação de concepções sobre capacitismo ao longo da história, sugerindo análise crítica desses aspectos para evitar sua perpetuação e promover a adoção da ética do cuidado, para prevenir atitudes segregacionistas. São discutidos os vínculos entre a religião cristã e o capacitismo, com base na teologia do domínio e em suas raízes históricas. Por fim, como estratégias de enfrentamento, propõe-se a constante discussão sobre a natureza interseccional da deficiência, a superação do modelo médico e a valorização da justiça social para promover uma abordagem inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: capacitismo religioso; cristianismo; interseccionalidade; justiça deficiente.

Abstract

This article aimed to provide an in-depth theoretical analysis of religious ableism, with an emphasis on the Christianity. The research explores historical aspects, the relationship between disability and the Christian religion, as well as possible strategies to combat religious ableism. The research, of a bibliographic nature, is based on secondary sources, such as books, academic articles and other relevant documents. The text examines the role of religion in shaping conceptions of ableism throughout history, suggesting a critical analysis of these aspects to avoid their perpetuation and promote the adoption of an ethics of care, to prevent segregationist attitudes. The links between the Christian religion and ableism are discussed, based on the theology of dominion and its historical roots. Finally, as coping strategies, it proposes constant discussion on the intersectional nature of disability, overcoming the medical model and valuing social justice to promote an inclusive and equitable approach.

Keywords: religious ableism; christianity; intersectionality; disability justice.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo ofrecer un análisis teórico profundo del capacitismo religioso, con énfasis en el cristianismo. La investigación explora aspectos históricos, la relación entre la discapacidad y la religión cristiana, así como posibles estrategias para combatir el capacitismo religioso. La investigación, de carácter bibliográfico, se basa en fuentes secundarias, como libros, artículos académicos y otros documentos relevantes. El texto examina el papel de la religión en la formación de concepciones sobre el capacitismo a lo largo de la historia, sugiriendo un análisis crítico de estos aspectos para evitar su perpetuación y promover la adopción de la ética del cuidado, para prevenir actitudes segregacionistas. Se discuten los vínculos entre la religión cristiana y el capacitismo, a partir de la teología de la dominación

¹ Universidade Federal de Itajubá, Itajubá/MG – Brasil.

² Universidade Federal de Itajubá, Itajubá/MG – Brasil.

y sus raíces históricas. Finalmente, como estrategias de afrontamiento, proponemos la discusión constante sobre el carácter interseccional de la discapacidad, la superación del modelo médico y la valorización de la justicia social para promover un enfoque inclusivo y equitativo.

Palabras clave: capacitismo religioso; cristianismo; interseccionalidad; la justicia falla.

Introdução

O conceito de deficiência é parte de um debate complexo e multifacetado (Gesser; Block; Leite, 2023). Historicamente, esse conceito foi moldado por diferentes perspectivas, inicialmente influenciado pelo modelo médico, e, mais recentemente, pelo modelo social da deficiência. Dessa forma, a definição atual reflete a influência de diversas correntes de pensamento que contribuíram para sua evolução.

Sob o enfoque do modelo médico, a deficiência é interpretada como uma condição patológica, uma experiência individual pela qual a responsabilidade recai unicamente sobre a pessoa com deficiência. O Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 exemplifica essa visão ao definir deficiência como: "toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano" (Brasil, 1999, s.p.). Nesse contexto, fica evidente a ênfase nas relações entre as estruturas psicológicas, fisiológicas ou anatômicas que resultam em incapacidade no indivíduo.

Ao longo dos anos, e com a influência dos estudos sociais da deficiência, o termo foi gradualmente reformulado dentro da perspectiva do modelo social. Esse modelo, marcado por debates políticos, passou a entender a deficiência como uma experiência de vida, afirmando que a opressão só ocorre em uma sociedade insensível à diversidade corporal (Diniz, 2012). Nesse sentido, "a deficiência é um sistema de desigualdade que deve ser combatido por meio de políticas de inclusão e justiça" (Barbosa e Barros, 2020, p. 39).

Essa concepção é refletida no Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009, que define as pessoas com deficiência como aquelas "que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (Brasil, 2009, s.p.).

Portanto, a deficiência é vista como uma experiência que, ao se deparar com as barreiras impostas pela sociedade, pode limitar a participação efetiva do indivíduo na vida social. Essas barreiras criam formas de exclusão, segregação e preconceito, e, quando voltadas especificamente para pessoas com deficiência, são denominadas capacitismo.

Capacitismo, conforme descrito por Gesser, Block e Leite (2023), é o termo usado para identificar as formas de segregação enfrentadas por pessoas com deficiência, devido às suas características corporais que fogem à norma social. Isso leva à desumanização dessas pessoas, fundamentada na visão do modelo médico da deficiência.

Assim como outras formas de opressão, como racismo, homofobia e misoginia, o capacitismo é estrutural, interseccional e estruturante (Gesser; Block; Leite, 2023; Gesser; Block; Mello, 2020). Ele contribui para a perpetuação do capitalismo ao favorecer

determinados corpos em detrimento de outros, além de reforçar práticas neoliberais. Assim, o capacitismo opera em consonância com sistemas como a “supremacia branca, o cisheteropatriarcado e o colonialismo” (Gesser; Block; Leite, 2023, p. 98). Por ser estrutural e estruturante, o capacitismo permeia sujeitos, instituições e organizações, exigindo a superação das barreiras que intensificam sua prática.

Entre as principais barreiras, destacam-se as barreiras atitudinais, que se manifestam por meio de atos discriminatórios e excluem as pessoas com deficiência da participação plena na sociedade. Essas barreiras podem surgir em diversos contextos, e este artigo focaliza especificamente os ambientes religiosos (Gesser; Block; Leite, 2023).

De acordo com Lage, Lunardelli e Kawakami (2023), o capacitismo religioso está profundamente enraizado em uma visão caritativa da deficiência, frequentemente interpretada como um castigo, uma punição divina, um pecado ou uma possessão demoníaca que necessita de cura, ajuda e caridade. Essa perspectiva é especialmente comum na tradição cristã. As manifestações capacitistas dentro da religião são compreensíveis, dado que muitas pessoas buscam apoio e consolo nos ambientes religiosos. Historicamente, a religião tem exercido uma influência negativa na percepção da deficiência na sociedade, e essas marcas ainda são evidentes nos dias atuais.

O estudo da relação entre capacitismo e religião cristã é motivado pelo impacto político e social significativo que o Cristianismo exerce na sociedade. Dado o papel importante que desempenha, suas atitudes negativas podem influenciar a participação de pessoas com deficiência e perpetuar preconceitos.

É fundamental esclarecer que este artigo descritivo não visa criticar a religião cristã em si, mas sim destacar as atitudes discriminatórias que historicamente têm caracterizado essa tradição e que, em alguns casos, ainda persistem. Tais atitudes exacerbam o modelo médico de deficiência e perpetuam barreiras atitudinais que afetam as pessoas com deficiência.

O objetivo deste artigo é oferecer uma análise teórica sobre o capacitismo religioso com foco no Cristianismo. Serão explorados aspectos históricos, a relação entre deficiência e religião cristã, e possíveis estratégias para enfrentar e combater o capacitismo dentro desse contexto religioso.

Percurso Metodológico

Esta pesquisa de caráter qualitativo foca em dados que não podem ser quantificados. Ela explora um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, aprofundando-se nas relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001). O objetivo é compreender os significados, ações e relações humanas por meio da análise de textos e imagens, adotando uma abordagem interpretativa e métodos mais humanísticos (Minayo, 2001; Creswell, 2007).

Adicionalmente, esta pesquisa é de natureza bibliográfica, utilizando fontes secundárias, como livros, artigos e outros documentos previamente analisados por outros

pesquisadores, sem acessar documentos primários. O processo bibliográfico seguiu três etapas principais: a busca e seleção dos materiais, o fichamento para registro e organização dos dados, e, finalmente, a elaboração das análises e redação do texto (Severino, 2013).

Os documentos acessados foram selecionados para abordar, de forma geral e teórica, o capacitismo religioso, e para responder a três frentes principais no desenvolvimento do artigo. Primeiramente, foram buscados textos que discutem os aspectos históricos do papel da religião na formação de concepções sobre a deficiência, particularmente como um tipo específico de opressão – o capacitismo. Em segundo lugar, foram procuradas fontes que exploram a influência da religião cristã na percepção da deficiência. Por fim, foram analisados textos e estudos que oferecem estratégias para enfrentar o capacitismo religioso.

Aspectos Históricos

Para realizar uma retrospectiva histórica da relação entre religião e capacitismo, é fundamental examinar o progresso histórico e suas implicações para a deficiência, bem como esses eventos moldaram as percepções atuais. Os acontecimentos históricos desempenham um papel significativo na formação das concepções contemporâneas, influenciando-as de maneira positiva ou negativa.

É crucial analisar os eventos históricos em seu contexto específico, mesmo que o olhar atual seja crítico para extrair contribuições positivas ou negativas. No entanto, os processos históricos devem ser compreendidos em seu próprio tempo, evitando a "transposição automática do hoje para o ontem", uma vez que "a história não é linear e não acontece num vácuo ou em nada" (Strellhow, 2018, p. 276).

A história das pessoas com deficiência varia de cultura para cultura, e essas culturas refletem os valores, práticas e ideologias que regem a relação com a deficiência, bem como as mudanças de atitude em relação às pessoas com deficiência (Franco e Dias, 2005).

Nas sociedades primitivas, algumas tribos nômades tinham a prática cruel de abandonar pessoas com deficiência em locais hostis, deixando-as vulneráveis a tribos inimigas e animais ferozes. Na Grécia Antiga, as atitudes eram igualmente severas. Em Atenas, o infanticídio era comum; crianças nascidas com deficiência eram abandonadas e frequentemente morriam em razão de seus corpos. Em Esparta, os pais eram obrigados a apresentar seus filhos em praça pública; aqueles que não atendiam aos padrões de corpo atlético esperados pelos espartanos, idealizados para a guerra, podiam ser abandonados e eliminados. Essa prática refletia os valores espartanos da época, que valorizavam corpos em conformidade com os ideais de força e destreza física. Crianças com deficiência, como a cegueira, eram eliminadas ainda recém-nascidas, pois não se encaixavam no perfil desejado para os guerreiros espartanos. Em geral, até o surgimento do cristianismo, as pessoas com deficiência eram vistas como subumanas (Franco; Dias, 2005; Pessotti, 2012; França, 2014).

Com a propagação do cristianismo na Europa, ocorreu uma mudança significativa. As pessoas com deficiência começaram a ser reconhecidas como seres humanos com

alma, contrariando as práticas da Grécia Antiga e atitudes como o infanticídio. Na visão teológica cristã, essas pessoas passaram a ser vistas sob uma nova ética – a ética Cristã – sendo consideradas filhos de Deus. Um exemplo notável é o Bispo Nicolau de Mira, que ficou conhecido por acolher e alimentar crianças com deficiência que haviam sido abandonadas (Pessotti, 2012). Assim, “a pessoa com deficiência passa de um objeto a uma pessoa, embora essa igualdade ainda não fosse reconhecida como uma igualdade civil” (Strellhow, 2018, p. 278).

Durante a Idade Média, influenciados por essas novas perspectivas, surgiram algumas legislações voltadas para a proteção das pessoas com deficiência. Por exemplo, a “De Praerogativa Regis”, elaborada por Eduardo II da Inglaterra, estabeleceu diretrizes para proteger os direitos e propriedades de pessoas com deficiência e assegurar seus cuidados diários. Contudo, apesar de receberem um status de pessoa, esses direitos eram geralmente concedidos apenas àquelas pessoas com deficiência que possuíam bens ou heranças, além de reforçar práticas de caráter caritativo (Pessotti, 2012).

Embora o Cristianismo tenha inicialmente contribuído para o desenvolvimento de novas perspectivas sobre a deficiência, promovendo uma visão mais inclusiva e respeitosa, com o tempo essas visões passaram a apresentar um caráter contraditório e dual. De um lado, a caridade oferecida pela religião, que proporciona proteção e amparo; de outro, as atitudes que acabam por isolar e esconder as pessoas com deficiência (Pessotti, 2012). Esse dualismo não se restringe apenas ao plano civil, mas também se reflete no âmbito teológico, levantando questões sobre a identidade e o significado das pessoas com deficiência dentro do contexto religioso.

[...] ele é um eleito de Deus ou uma espécie de expiador de culpas alheias, ou um apacador de cólera divina a receber um lugar da aldeia da vingança celeste, como um para-raios? Tem uma alma, mas não tem virtudes, como pode ser salvo do inferno? Se idiota, está livre do pecado? Qual a culpa pela deficiência e a quem atribuí-la? Ele é mesmo um cristão? (Pessotti, 2012, p.16).

O Cristianismo, apesar de inicialmente promover uma visão mais inclusiva sobre a deficiência, acabou por desenvolver perspectivas negativas ao longo do tempo. As pessoas com deficiência passaram a ser frequentemente associadas a imagens depreciativas, como o pecado, castigos divinos, possessões demoníacas e culpa por suas condições. Essas visões também se manifestaram durante a Idade Média, quando a deficiência era vista como uma marca do pecado. Durante a Inquisição Católica, por exemplo, muitas pessoas com deficiência foram perseguidas, torturadas e mortas devido a esses ideais religiosos. Além disso, a Reforma Protestante, influenciada por figuras como Lutero e Calvino, intensificou os discursos de culpa e responsabilidade pessoal em relação às pessoas com deficiência, uma tendência que também persistiu durante a Contrarreforma (Pessotti, 2012).

No período Renascentista, a visão sobre pessoas com deficiência tornou-se mais refinada, sendo algumas vezes consideradas seres angelicais e dignos de contemplação religiosa. Já no Barroco, essas pessoas foram retratadas de maneira a impressionar e sensibilizar o público para o sofrimento alheio (Pessotti, 2012; Strellhow, 2018).

Desde a Antiguidade, as visões supersticiosas sobre a deficiência foram predominantes. Além das perspectivas religiosas mencionadas, a alquimia também desempenhou um papel importante. Philipus Aureolus Paracelsus³, por exemplo, acreditava na deficiência intelectual, especialmente na demência e amênia, a partir de uma visão mágica, astrológica e alquimista. Jerônimo Cardano⁴, por sua vez, misturava o misticismo com a magia, a astrologia, a cabala e as forças cósmicas em sua abordagem da deficiência (Pessotti, 2012).

A partir de 1534, as antigas concepções místicas e religiosas sobre a deficiência começaram a ser substituídas por abordagens mais racionais, resultando em modelos biomédicos que apresentavam uma nova forma de entendimento da deficiência. O Iluminismo, com seu foco na razão e na observação, em contraposição ao pensamento subjetivo e religioso, desempenhou um papel fundamental nesse processo. Figuras como Bachelard e René Descartes foram influentes nesse movimento (Pessotti, 2012; Conceição, 2020).

Um marco significativo desse período foi a definição da deficiência em termos patológicos. Sir Anthony Fitz-Herbert e Thomas Willis foram pioneiros ao descrever a deficiência intelectual como uma condição médica, afastando-se das explicações supersticiosas. Willis, por exemplo, argumentava que a imbecilidade ou estupidez estava relacionada a problemas na região cerebral ou nos “espíritos animais” (Pessotti, 2012, p. 28). Além deles, o pensador Francesco Totti sugeriu que a deficiência intelectual poderia ser causada por malária ou pela contaminação do ar dos pântanos (Pessotti, 2012).

Apesar dessas contribuições iluministas para uma compreensão mais racional da deficiência, houve também uma resistência significativa. A assistência oferecida às pessoas com deficiência frequentemente contrastava com a falta de ação por parte do Estado e de agentes sociais e institucionais para garantir seus direitos. Essa falta de ação exacerbou a exclusão social e política, dificultando a formação de “vínculos e compromissos entre esses agentes sociais e o Estado” (Conceição, 2020, p. 13).

É crucial destacar que os estudos que abordam a deficiência a partir de perspectivas médicas, biológicas e patológicas desempenharam um papel fundamental na formação dos processos de institucionalização. Na época, as pessoas com deficiência eram sujeitas a atitudes contraditórias por parte da sociedade: enquanto enfrentavam preconceitos e intolerância, havia uma preocupação em garantir que estivessem abrigadas e alimentadas. Essas pessoas, consideradas inadequadas para o trabalho físico, eram vistas como necessitadas de proteção, o que levou à solução da institucionalização e segregação, resultando na criação de leprosários e hospícios. Como afirmado por Pessotti (2012, p. 34), “o leprosário representa a solução para o dilema social: respeitar e socorrer o cristão marginal ou aberrante e, ao mesmo tempo, livrar-se do inútil, incômodo e antissocial”.

O Modelo Médico da Deficiência, que emergiu dessas concepções biológicas e médicas, vê a deficiência exclusivamente como uma lesão ou patologia a ser tratada por meio de conhecimentos médicos, com o objetivo de alcançar os padrões de normalidade

³ Médico suíço, alquimista e teólogo. Pioneiro em aspectos relacionados à revolução médica.

⁴ Médico e matemático italiano, escreveu a *Ars Magna* – tratado dedicado à álgebra.

dos corpos sem deficiência. Embora o impacto acadêmico desses termos tenha diminuído ao longo do tempo, essas perspectivas médicas ainda desempenham um papel significativo na ideologia da normalização, que continua a alimentar preconceitos e estigmas.

A ideologia da normalização

[...] consiste na crença que, por meio da habilitação e reabilitação, deve-se prover às pessoas com deficiência serviços que ajam sobre seus corpos para que executem funções mais próximas possíveis do normal. Normalidade, nesse caso, traduz-se na execução de ações como fariam na média as pessoas que não têm deficiência, segundo o esperado para sua idade, sendo assim um conceito bioestatístico (França, 2014, p. 111).

No entanto, houveram marcos históricos que buscaram, ao longo do tempo, desvincular a pessoa com deficiência da Ideologia da Normalidade. Um exemplo notável é o trabalho de Condillac, que publicou ensaios sobre a educabilidade de pessoas com deficiência intelectual, propondo uma metodologia de ensino que viria a influenciar a educação especial para essas pessoas. Condillac sugeriu uma abordagem didática inovadora para a educação infantil, que mais tarde se desenvolveu em métodos específicos para a deficiência intelectual.

Outro exemplo importante é o estudo revolucionário de John Locke sobre a Tábula Rasa. Locke abordou a deficiência intelectual não mais de uma perspectiva pragmática, mas a partir de princípios filosóficos e didáticos. Seu trabalho foi fundamental ao considerar a vida mental como algo moldado pelas experiências e sensações, desafiando as concepções anteriores.

Ambos os estudiosos, Condillac e Locke, ofereceram visões que enfatizavam a importância das experiências e percepções individuais na formação da vida mental, afastando-se das explicações puramente médicas ou biológicas.

[...] não deve haver máximas sobre nada; todas as ideias devem nascer da sensação e das operações da mente, desse modo, as definições são inúteis. Mas, as próprias operações da mente não são mais que sensação transformada. Por isso, qualquer conhecimento ou ideia é basicamente uma sensação, seja produzida pelos objetos externos (sensação) seja gerada pela percepção de operações mentais, isto é, por objetos internos (reflexão) (Pessotti, 2012, p. 36).

E, para, John Locke:

[...] a mente é como um papel em branco desprovido de todos os caracteres, sem nenhuma ideia prévia. De onde então viria a razão e o conhecimento? Da experiência, seria a resposta. As experiências com os objetos sensíveis levam para a mente as diferentes percepções das coisas. O cérebro seria inicialmente vazio, mas plástico, pois é capaz de ser marcado pelas experiências externas como se marca uma figura em alto relevo numa cera mole ou um texto em disquete virgem. Em outras palavras, o aperfeiçoamento humano resultaria da impressão da realidade no intelecto pela sensação que fosse capaz de nos causar (Caixeta, 2003, p. 28).

Esses estudos forneceram uma base importante para a educação de pessoas com deficiência, ao apresentar explicações que divergiam das concepções anteriores. Com o tempo, surgiram novos princípios e marcos significativos, como o Movimento de Integração

na Europa, a invenção do Braille e a criação de legislações que visavam garantir que as pessoas com deficiência tivessem oportunidades semelhantes às de pessoas sem deficiência. Esses avanços culminaram na emergência do Modelo Social da Deficiência, que se tornou fundamental para a formulação de legislações e processos de integração, ao tratar a deficiência como uma questão social e responsabilizar a sociedade por processos de exclusão, especialmente pela falta de sensibilidade às diferenças (França, 2014; Diniz, 2012; Franco; Dias, 2005).

Considerando essas mudanças históricas, é evidente o papel significativo que a religião desempenhou nas percepções sociais sobre a deficiência. Em particular, o cristianismo inicialmente ofereceu cuidados às pessoas com deficiência com base na crença de que eram filhos de Deus. No entanto, essas concepções evoluíram ao longo do tempo. A assistência proporcionada pela Igreja e por líderes religiosos promoveu uma visão caritativa e assistencialista da deficiência. Embora essa abordagem represente uma forma de tolerância e cuidado, também evidenciou a omissão do Estado e a falta de políticas públicas adequadas, atribuindo à cristandade a responsabilidade pelos direitos dessas pessoas.

Essas concepções muitas vezes entram em conflito com a perspectiva da educação inclusiva, que se baseia no ideal dos direitos humanos e acredita que todas as pessoas são capazes de aprender, embora de formas diferentes. A abordagem caritativa e a visão de incapacidade falham em reconhecer a pessoa com deficiência como “protagonista de seu próprio processo de aprendizagem” (Strellhow, 2016, p. 2). Em contraste, a ética do cuidado propõe que o cuidado é parte inerente das relações humanas e não deve ser restrito às pessoas com deficiência, superando, assim, a perspectiva assistencialista e caritativa que perpetua a dependência e a falta de autonomia.

Muitas vezes, essa visão assistencialista desconsidera as escolhas individuais e reforça a ideia de que as pessoas com deficiência necessitam de uma dependência complexa, limitando sua participação ativa na sociedade. No entanto, é essencial reconhecer que a vulnerabilidade e a necessidade de cuidado são condições universais ao longo da vida, não devendo ser associadas exclusivamente às pessoas com deficiência.

A ética do cuidado, um campo de estudo amplamente explorado por pesquisadoras feministas, tem se destacado como base para a formulação de políticas públicas. Ao considerar a interdependência de todas as pessoas, com ou sem deficiência, é fundamental que as políticas públicas sejam estruturadas para garantir tanto a participação social quanto a autonomia desses indivíduos (Gesser; Zirbel; Luiz, 2022).

Embora seja importante reconhecer o contexto histórico das práticas de cuidado, é essencial notar que essas práticas contribuíram para o desenvolvimento de modelos de institucionalização que enfatizam a dependência e a assistência, em vez de promover a autonomia e a escolha pessoal (Luiz; Silveira, 2020).

Além disso, o cuidado, historicamente, muitas vezes foi pautado por uma lógica de piedade e subserviência, que retrata as pessoas com deficiência como frágeis e necessitadas, enquanto os cuidadores são vistos como piedosos. Esse estereótipo reforça a ideia de que as pessoas com deficiência são incapazes e merecem apenas ajuda e

compaixão, o que perpetua barreiras sociais e reduz os investimentos em sua inclusão. Um exemplo disso é a criação de classes especiais em escolas no Brasil em 1927, que tratava essas crianças como "problemáticas" e negava seus direitos humanos ao oferecer uma educação infantilizada e segregada. Isso exemplifica como o que deveria ser um direito (como a acessibilidade e a inclusão) é frequentemente tratado como uma "obra de caridade" (Strellhow, 2016, p. 4).

Portanto, é crucial analisar as práticas históricas para evitar a sua reprodução no presente. Adotar a ética do cuidado, que valoriza a autonomia e as escolhas individuais, é fundamental para evitar atitudes segregacionistas e promover a igualdade (Luiz e Silveira, 2020).

Relações entre o Cristianismo e Capacitismo

Direcionando nossa discussão para o Cristianismo é essencial compreender que, desde os tempos antigos dos povos de Israel, havia uma constante busca por cura e respostas por meio da experiência religiosa. Termos como "possessão de demônios" e "espírito de enfermidade" eram comuns naquela época, refletindo a influência das culturas anteriores. No Antigo Testamento Bíblico, muitas doenças eram descritas como manifestações malignas, evidenciando o desconhecimento médico da época. Essa visão também aparece no Novo Testamento, onde diversas condições eram, na verdade, manifestações psicossomáticas ou transtornos mentais (Moreira, 2006). As doenças eram frequentemente percebidas como punições divinas ou manifestações de malignidade, criando a necessidade de removê-las para restaurar a ordem e a compreensão da existência humana (Lemos, 2019).

No primeiro século da Era Cristã, a Torá era a principal doutrina do judaísmo e suas leis eram aplicadas até mesmo no diagnóstico de doenças. Transtornos mentais eram frequentemente associados a demônios, uma prática influenciada por tradições antigas da Babilônia e do Egito (Moreira, 2006). Mesmo com o conhecimento limitado e as influências culturais dos povos antigos, havia uma incessante busca por explicações para o sofrimento humano.

A religião, desempenhando um papel central nas questões existenciais, culturais e emocionais da sociedade, molda a forma como as pessoas compreendem e lidam com o sofrimento. De acordo com Rosa (2006), o 'ethos' de uma cultura é formado pelos valores morais e estéticos, definidos pela visão de mundo de uma sociedade, e a religião oferece coesão social. Portanto, a busca por explicações religiosas para o sofrimento é compreensível, pois a religião frequentemente se torna uma forma de encontrar soluções para os problemas e dores que afligem os indivíduos. Teodicéia é o nome utilizado para

[...] designar a doutrina que procura conciliar a bondade e a onipotência divinas com a existência do mal no mundo. A teodicéia está presente dentro das diferentes tradições, envolvendo um conjunto de explicações religiosas que buscam responder às questões sobre o sofrimento do ser humano no mundo; apresenta-se dentro da concepção do monoteísmo à medida que se coloca a questão de como conciliar um Deus único,

onipotente e perfeito à maldade e ao sofrimento existente no mundo que ele próprio criou e governa (Rosa, 2006, p. 62).

A pesquisa de Rosa (2006) oferece exemplos elucidativos de teodiceias relacionadas à deficiência e à religião cristã. A pesquisadora investigou essa relação por meio de uma série de perguntas dirigidas a mães de crianças com deficiência. Um dos achados notáveis foi que, ao descobrir a deficiência de seus filhos, 33,3% das mães buscaram ajuda no meio religioso cristão, na esperança de obter cura por meio de promessas, justificativas e apoio espiritual.

Além disso, ao indagar sobre a causa da existência de pessoas com deficiência, 20% das mães responderam que Deus utiliza a deficiência como um meio de ensino. Já 6,7% acreditaram que a deficiência é um castigo, uma provação ou um propósito divino. Outras respostas indicaram que a deficiência é vista como uma forma de punição, refletindo a percepção das mães de que Deus a utiliza para justificar a presença da deficiência em suas vidas.

[...] “o que Ele fez, só Ele pode tirar”; “Deus visita a maldade dos pais nos filhos; “se Ele é misericordioso, também é justo”; “é complicado, a gente quer pensar o melhor de Deus, mas isto é de certa forma é para as pessoas pensarem melhor”; “Ele tem a maneira de provar as pessoas – a gente vai colher no futuro, porque Ele tudo vê” (fala das mães retirada de Rosa, 2006, p. 86).

Além das respostas mencionadas, é importante destacar que 86,7% das mães acreditam que a cura de seus filhos com deficiência ainda pode ser alcançada por meio de intercessão divina. Esse dado revela que a maioria das participantes associa a deficiência de seus filhos à religião cristã, seja através da esperança de cura ou como uma justificativa para a condição.

Nas igrejas cristãs, práticas como a imposição de mãos, oração, toque, unção com óleo, e outros rituais simbólicos são comuns e frequentemente utilizadas na tentativa de promover a cura (Moreira, 2006). Embora a pesquisa de Rosa (2006) seja de um período anterior ao deste artigo, ainda podemos exemplificar com observações recentes, como de um vídeo bastante divulgado de um “coach”, em março de 2024, mostram que o cenário ainda persiste. No vídeo, o “coach” utiliza imposição de mãos, oração e palavras encorajadoras para tentar fazer uma mulher com deficiência física levantar-se da cadeira de rodas, como uma tentativa de manifestação de cura.

A presença do capacitismo no Cristianismo pode ser compreendida a partir de múltiplos fatores. Em primeiro lugar, o contexto histórico, marcado pelo assistencialismo, pela ausência de conhecimento médico e científico e pela visão caritativa, fez com que pessoas com deficiência fossem mantidas sob proteção e cuidado. Em determinados períodos, suas vidas estavam em risco, e o Cristianismo teve um papel fundamental ao reconhecê-las como seres humanos. No entanto, essa mesma concepção também contribuiu para a omissão do Estado na responsabilidade por essas pessoas, abrindo espaço para interpretações equivocadas, como a associação da deficiência ao pecado e ao castigo divino.

Além disso, a teologia cristã consolidou uma visão que associa pessoas com deficiência à condição de "filhos de Deus" necessitados de cuidado, alimento, abrigo e proteção. Essa perspectiva, influenciada pela moral cristã, pode resultar em abordagens assistencialistas e caritativas que, muitas vezes, desconsideram a autonomia e a individualidade dessas pessoas. Assim, tanto a visão caritativa quanto as interpretações teológicas equivocadas possibilitaram manifestações preconceituosas que se perpetuam até os dias atuais.

Outro fator relevante, destacado na pesquisa de Rosa (2006), refere-se à busca por explicações e pelo alívio do sofrimento. Muitas mães de crianças com deficiência recorrem à religião cristã para compreender a condição de seus filhos e encontrar conforto emocional. No entanto, para evitar uma transposição anacrônica do presente para o passado, é necessário reconhecer que algumas explicações sobre a deficiência dentro das percepções cristãs fazem sentido em seus respectivos contextos históricos. Compreender essa história é essencial para evitar a repetição de padrões excludentes na atualidade.

Além da análise histórica, é fundamental problematizar uma abordagem teológica específica, conhecida como teologia do domínio, trazendo a discussão para o campo político. Essa vertente teológica interpreta a luta cristã como uma batalha espiritual contra tudo o que se refere ao Diabo (Ramos; Arthur, 2024). Com o tempo, essa interpretação evoluiu para um projeto político de poder, centrado na ocupação de espaços sociais e, sobretudo, do Estado (Kivitz, 2024; Pereira, 2023).

Nos Estados Unidos, esse projeto político começou a se estruturar a partir do governo do primeiro presidente evangélico, Ronald Reagan, e se consolidou com Donald Trump, fortalecendo uma base política da direita cristã. No Brasil, o neopentecostalismo, fortemente influenciado pelo modelo estadunidense, ganhou força a partir da década de 1970, propagando doutrinas como a teologia da prosperidade, a batalha espiritual e a cura divina. Esse movimento deu origem a uma direita cristã influente, na qual figuras como Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e Damascos Alves se destacaram com discursos conservadores (Pereira, 2024). Assim, a interseção entre religião evangélica e política tem se intensificado, transformando a fé em uma ferramenta de poder e influência social.

Essa análise política permite ir além da discussão histórica e compreender as manifestações atuais do capacitismo religioso. Assim como a homofobia, a misoginia e o racismo, o capacitismo também deve ser reconhecido como uma forma de opressão presente em ambientes religiosos. Suas raízes podem estar associadas à ideia de cura e alívio do sofrimento, mas também a estratégias políticas que reforçam a exclusão e a dependência das pessoas com deficiência.

Essas crenças estão profundamente enraizadas em modelos históricos e no modelo médico da deficiência, que ainda perpetua a ideia de que a deficiência é uma doença a ser curada. No entanto, é crucial superar esse modelo, reconhecendo que a deficiência não é uma doença e, portanto, não deve ser tratada como tal.

Possíveis enfrentamentos para o capacitismo religioso

Para abordar os possíveis enfrentamentos para o capacitismo, é fundamental reconhecer sua natureza interseccional. O capacitismo, como uma barreira atitudinal, deve ser entendido no contexto das várias formas de opressão social. À medida que avançamos nas lutas contra diferentes formas de discriminação, o capacitismo também deve ser tratado como um importante marcador social que precisa ser discutido, enfrentado e superado. Atuando de maneira interseccional, o capacitismo se entrelaça com o capitalismo, que prioriza certos corpos em detrimento de outros, uma dinâmica que pode ser observada em algumas manifestações religiosas cristãs.

Outro possível enfrentamento para combater o capacitismo religioso é a superação contínua do modelo médico da deficiência. Muitas concepções ainda colocam a deficiência em um patamar biológico, biomédico, de lesão ou doença, em vez de reconhecer a deficiência como uma possibilidade legítima de ser e existir. É essencial valorizar as individualidades e subjetividades das pessoas com deficiência, para que suas formas de ser e viver no mundo sejam respeitadas e priorizadas. Isso contribuirá significativamente para que possam participar da vida religiosa de forma livre e independente, sem carregar a culpa pela deficiência.

Além disso, destacamos perspectiva teórica da justiça defixa como um movimento político novo nos estudos brasileiros, que não possui uma tradução bem consolidada ainda, mas que tem se tornado relevante pelos princípios que aborda como um movimento social de pessoas com deficiência. A justiça defixa é um termo utilizado no Brasil como tradução ao termo “*disability justice*” para preservar o seu sentido político, assim, não condiz com traduções como “justiça pela deficiência” ou “justiça da deficiência”. Defixa é um termo designado para expressar um movimento de pessoas com deficiência para fortalecer a ação. São dez os princípios da justiça defixa que podem ajudar a transformar o ambiente religioso cristão, dentre os quais, destacaremos quatro.

Em primeiro lugar, a interseccionalidade refere-se ao reconhecimento das múltiplas identidades que compõem cada indivíduo e à compreensão de que essas identidades podem ser, simultaneamente, espaços de opressão e privilégio. Nesse sentido, é fundamental destacar que a deficiência não existe de forma isolada, mas é moldada por outros marcadores sociais, como raça, gênero, classe e contexto histórico.

Conforme as traduções de Gesser, Zirbel e Luiz (2022), os movimentos interseccionais apontam que a solução deve estar ancorada em ações legais que promovam uma visão de libertação. Segundo as autoras, é preciso reconhecer que “o Estado foi construído sobre o racismo, o capacitismo colonialista e não vai nos salvar porque foi criado para nos matar” (p. 9). Com essa compreensão, torna-se possível desconstruir a noção de um sujeito ideal e, assim, acolher as diversas formas de ser e existir.

A interseccionalidade é, portanto, uma ferramenta essencial para compreender as dinâmicas de desigualdade e as múltiplas formas de opressão. Por esse motivo, sua abordagem é indispensável para a discussão proposta neste artigo.

O segundo, também parte dos marcadores históricos, dessa vez, para valorizar a libertação e a ascensão de pessoas que conhecem e podem liderar o movimento anticapacitista, ou seja, a capacidade de construir um movimento entre pessoas com deficiência que seja politicamente bem estruturado, o que é fundamental para “construção de uma sociedade comprometida com o acolhimento de pessoas com corporalidades múltiplas” (Gesser *et al.*, 2024, p. 6)

O terceiro item é a política anticapitalista, já mencionada em outras oportunidades, sendo assim, reforça-se a necessidade do não conformismo com uma política que prioriza corpos em razão da produtividade, já que servindo ao capitalismo temos um reforço das desigualdades, assim, “o anticapitalismo coaduna com a justiça para as pessoas com deficiência, pois não exclui aquelas pessoas com corporalidades dissonantes do padrão demandado pelo sistema” (Gesser; Zirbel; Luiz, 2022, p. 10). E, por fim, o acesso coletivo – que surge como uma ampliação do desenho universal, procura obter a percepção das capacidades que funcionam em vários ambientes e que podem ser articuladas dentro de uma comunidade, preservando sua integridade (Gesser; Zirbel; Luiz, 2022; Berne *et al.*, 2018).

De maneira geral, o encorajamento desses possíveis enfrentamentos pode servir como base teórica para uma análise mais profunda do capacitismo, de forma a não nos conformar com a história permeada por anos e que pode refletir os dias atuais. Além disso, tendo o ontem como nosso parâmetro de enfrentamento, é necessário que o Cristianismo como filosofia e influência, torne-se também uma ferramenta de libertação da opressão que há anos foi plantada e que segue sendo colhida atualmente.

Considerações Finais

Este artigo apresentou uma análise abrangente sobre o capacitismo religioso, destacando aspectos históricos, a relação entre o Cristianismo e o capacitismo, e estratégias para combater o capacitismo nesse contexto.

Primeiramente, a análise histórica revelou a importância de compreender os processos passados em seu próprio contexto, sem uma transposição direta para os dias atuais. Esse entendimento é crucial para evitar a repetição de erros históricos. Observou-se que, embora o Cristianismo tenha inicialmente contribuído positivamente ao reconhecer as pessoas com deficiência como dignas de cuidado, essa contribuição foi posteriormente comprometida pela transferência da responsabilidade do Estado para a religião, além de reforçar aspectos caritativos e assistencialistas, assim, compreender a ética do cuidado como inerente a todo ser humano e como uma linha teórica de pensamento da luta anticapacitista reforça a deficiência longe da opressão. Enfatiza-se a importância de um Estado laico, que deve ser exclusivamente responsável pelos direitos das pessoas com deficiência, mantendo uma separação clara entre Estado e religião.

Compreendeu-se que o capacitismo religioso pode ter diversas raízes, dentre elas, históricas – pautadas no assistencialismo e nas concepções místicas. Mas, também, possui razões baseadas na procura por explicações e no alívio do sofrimento. Discutiu-se como a

intersecção entre religião e política muitas vezes se baseia em um projeto de poder sustentado por uma teologia de domínio, que acaba por ultrapassar as questões espirituais e toma o plano Estatal.

Para enfrentar essas questões, o artigo recomenda a continuidade das lutas sociais interseccionais que reconhecem e abordam os marcadores sociais na luta contra a opressão das pessoas com deficiência. A superação do modelo médico da deficiência e a promoção da justiça deficiente são incentivadas como estratégias cruciais. A justiça deficiente, como movimento abrangente, pode fornecer uma perspectiva valiosa para a superação do capacitismo religioso cristão e promover uma abordagem mais inclusiva e equitativa.

Referências

BARBOSA, L.; BARROS, A. P. N. do. Os Estudos Sobre Deficiência Informando A Política Pública: a experiência da Universidade de Brasília na construção do Modelo Único de Avaliação da Deficiência. *In*: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (org.). **Estudos da Deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. p. 37-54.

BERNE, P.; MORALES, A. L.; LANGSTAFF, D.; INVALID, S. Ten principles of Disability Justice. **WSQ: Women's Studies Quarterly**, v. 46, n.1, p. 227-330, 2018. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/690824>. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidente da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

CAIXETA, M. E. Condillac E O Ensino De Ciências: Que Relações Podemos Encontrar Ainda Hoje? **Rev. Ensaio**, Belo Horizonte, v.05, n.01, p.26-41. Março/2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epec/a/wVYZr9BZgTxnmrykjhhwdNx/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20atualidade%20de%20Condillac%20pode,se%20a%20cultivar%20a%20memoriza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CONCEIÇÃO, M. M. F. da. O Iluminismo e o cego: A fundamentação do conceito às pessoas com deficiência visual. XIX Encontro de História da Anpuh-Rio, 2020, Rio de Janeiro/RJ. **Anais**. Disponível em: https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1601341370_ARQUIVO_37039ec628ac1d951f46a4a393eea75a.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2012.

FRANÇA, T. H. A normalidade: uma breve introdução à história social da deficiência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** v. 6, n. 11, p.105-123, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10550>. Acesso em: 14 mar. 2024.

FRANCO, J. R.; DIAS, T. R. S. da. A Pessoa Cega No Processo Histórico: Um Breve Percurso. **Revista Benjamin Constant**, v. 0, n. 30, p.1-9, 2005. Disponível em: <https://sumarios.org/artigo/pessoa-cega-no-processo-hist%C3%B3rico-um-breve-percurso>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GESSER, M.; BLOCK, P.; LEITE, L. P. Do capacitismo ao acesso coletivo no ensino superior. *In*: MARTINS, S. E. S. O.; CIANTELLI, A. P. C. (org.). **Inclusão Universitária no século XXI: dilemas atuais.** Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.79-110.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. de. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. *In*: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (org.). **Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social.** Curitiba: CRV, 2020. p. 17-35.

GESSER, M.; COSTA, L. M. L. de; LUIZ, K. G.; SILVEIRA, T. B. H. O Encontro Com Os Estudos Feministas Da Deficiência E A Produção De Narrativas Insurgentes. **Revista Psicologia Política**, v. 24, n.0, p.1-19, 2024. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/24515/1473>. Acesso em: 09 fev. 2025.

GESSER, M.; ZIRBEL, I.; LUIZ, K. G. Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, p.1-15, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qH3pqSSmfdYZyYzmcBw58hv/>. Acesso em: 08 fev. 2025.

LAGE, S. R. M.; LUNARDELLI, R. S. A.; KAWAKAMI, T. T. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eb/a/HSy9D6BjLP6P9Gv3mtBvVyn/#>. Acesso em: 14 mar. 2024.

LEMOS, C. T. Espiritualidade, Religiosidade E Saúde: Uma Análise Literária. **Caminhos - Revista de Ciências da Religião**, Goiânia, Brasil, v. 17, n. 2, p. 688-708, 2019. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/6939>. Acesso em: 30 mar. 2024.

LUIZ, K. G.; SILVEIRA, T. B. H. Pessoas Com Deficiência E (Inter)Dependência: Uma Perspectiva Da Ética Do Cuidado Para A Promoção De Justiça Social. *In*: GESSER, M.;

- BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (org.). **Estudos da Deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. p. 113-127.
- MINAYO, M. C. S. de (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOREIRA, M. M. S. da. **Aspectos Psicológicos Na Cura Religiosa Pentecostal**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia/GO, 2006.
- PEREIRA, E. Teologia do Domínio: uma chave de interpretação da relação evagelico-política do Bolsonarismo. **Projeto História**, v. 76, p.147-173, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/60331>. Acesso em: 08 fev. 2025.
- PESSOTTI, I. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. Marília: ABPEE, 2012.
- RAMOS, B. E. F.; ARTHUR, F. O engajamento político dos evangélicos: A cosmovisão do neocalvinismo e a teologia do domínio neopentecostal, semelhanças e diferenças. **Estudos Teológicos**, v. 64, n. 2, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/ET/article/view/2946>. Acesso em: 08 fev. 2025.
- ROSA, S. M. **A Relação Entre Religião E Deficiência Física Para As Mães De Crianças Com Paralisia Cerebral**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia/GO, 2006.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.
- STRELLHOW, T. M. P. B. A Deficiência E Suas Concepções No Cristianismo: Percepções E Influências No Ensino Religioso. *In*: III CONEDU: Congresso Nacional de Educação. 2016, Natal/RN. **Anais**. p.1-10. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA7_ID11679_15082016180817.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.
- STRELLHOW, T. M.P.B. As influências conceituais do cristianismo sobre a deficiência: o papel do Ensino Religioso na construção de sujeitos de direitos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 18, p. 275-284, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/25002>. Acesso em: 14 mar. 2024.
- KIVITZ, E. R. Teologia do domínio. *In*: QOHÉLET, podcast de Ed René Kivitz [Locução de]: Ed René Kivitz. [S.l.]: QOHÉLET, 9 abril 2024. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3suXrjp1ADPQ5ZCK2996Y3>. Acesso em: 10 abr. 2024.